

68



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

**UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS**

Licenciatura em Administração Pública

Trabalho de Fim do Curso

**A DESCENTRALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA EM MOÇAMBIQUE:
ANÁLISE DO DESEMPENHO DO GOVERNO MUNICIPAL DE
VILANKULO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**

Autor: Agostinho João Cuinhane

Supervisor: Dr. Fidélx Pius Kulipossa

Co-Supervisor: Dr. Bernhard Weimer

U.E.M. - UFICS	
R. E.	4636
DATA	20/ 07 / 05
AQUISIÇÃO	oferta
COTA	AT-68

Maputo, 02 de Julho de 2003



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

**UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS**

Licenciatura em Administração Pública

Trabalho de Fim do Curso

**A DESCENTRALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA EM MOÇAMBIQUE:
ANÁLISE DO DESEMPENHO DO GOVERNO MUNICIPAL DE
VILANKULO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**

Autor: Agostinho João Cuinhane

Supervisor: Dr. Fidélx Pius Kulipossa

Fidélx Pius Kulipossa

Co-Supervisor: Dr. Bernhard Weimer

Maputo, 02 de Julho de 2003

*Dedico este trabalho a todos os munícipes,
amigos e naturais de Vilankulo
para que não se cansem na procura de
soluções viáveis para o desenvolvimento da região.*

“A verdadeira essência e tarefa da administração autárquica consiste na resolução dos problemas locais pelas próprias populações integradas nos órgãos autárquicos através de eleições locais”.

Pacote Autárquico (1999: 6), brochura I.

Agradecimentos

Mal ficaria a minha consciência se ao submeter este trabalho não agradecesse aqueles que directa ou indirectamente contribuíram para que este se tornasse de facto uma realidade.

Aos Doutores Bernhard Weimer e Fidélx Pius Kulipossa, meus co-supervisor e supervisor respectivamente, desejo significar o meu público reconhecimento indelével por toda a colaboração e assistência prestadas para que este trabalho tivesse a qualidade desejada. À Agência Suíça para a Cooperação e Desenvolvimento (SDC), patenteio igualmente toda a minha gratidão pelo suporte financeiro prestado para a produção final deste trabalho.

Aos membros do executivo de Vilankulo e seus munícipes, expresso toda a minha gratidão por toda a abertura e colaboração prestados no fornecimento dos dados. Aos meus familiares e amigos expresso os meus sinceros agradecimentos pela paciência, colaboração e encorajamento nos momentos difíceis por mim enfrentados ao longo da elaboração deste trabalho.

A toda a comunidade UFICSIANA — docentes, discentes e membros do Corpo Técnico Administrativo, os meus agradecimentos pelos cinco anos de aprendizagem e convívio como uma única família. À licencianda Gilda Emerciana Muianga minha colega de carteira e membro do grupo expresso igualmente toda a minha gratidão.

Maputo, 02 de Julho de 2003

Agostinho João Cuinhane

Índice

Capítulo 1: Introdução.....	1
1. Introdução, Objectivos e Questão-Chave.....	1
Capítulo 2: Definição de Conceitos-chave	3
2.1. Descentralização Democrática.....	3
2.2. Desempenho.....	3
2.3. Eficiência.....	4
2.4. Eficácia	4
Capítulo 3: Metodologia do Estudo	5
3.1. Operacionalização da Questão-Chave.....	5
3.2. Métodos e Técnicas Usados na Recolha de Dados	6
Capítulo 4: O Desempenho do Governo Municipal de Vilankulo na Prestação de Serviços.....	9
4.1. Tipos de Serviços a Prestar pelo Governo Municipal.....	9
4.2. Como Estes Serviços Estão a Ser Prestados Pelo Governo Municipal.....	10
4.2.a) Administração Autárquica.....	10
4.2.b) Meio Ambiente.....	11
4.2.c) Obras Públicas.....	11
4.2.d) Saneamento Básico.....	13
4.2.e) Energia.....	16
4.2.f) Transportes e Comunicações.....	17
4.3. Percepção da População Local Sobre a Quantidade e Qualidade dos Serviços Prestados.....	17
4.4. O Impacto do Desempenho do Governo Local nas Relações Estado-Sociedade ao Nível Local.....	21
4.5. Resumo do Capítulo.....	24
Capítulo 5: Conclusões e Recomendações.....	27
Referências Bibliográficas.....	29
Anexos.....	32

Anexo 1: Perfil do Município de Vilankulo.....	33
Anexo 2: Guião da Entrevista.....	35
Anexo 3: Lista de Entrevistados.....	36

Capítulo 1: Introdução

1.1. Introdução, Objectivos e Questão-Chave do Estudo

No contexto da emenda constitucional introduzida pela lei n° 9/96¹ e subsequentes leis sobre autarquias locais, o governo de Moçambique descentralizou o poder político para 33 governos locais através da realização das eleições locais em Junho de 1998. Os governos locais foram incumbidos com as tarefas de organizar a participação dos cidadãos na solução dos seus problemas, promover o desenvolvimento local, consolidar e aprofundar a democracia ao nível local.

Os objectivos deste estudo são os de (i) analisar o desempenho do governo municipal de Vilankulo na prestação de serviços aos residentes locais, (ii) verificar o grau de efectividade do governo municipal na prestação dos serviços públicos aos munícipes, e (iii) propor algumas soluções para os vários problemas que o governo local enfrenta na realização das tarefas que lhe foram incumbidas pela Constituição de Moçambique.

Para avaliar tal desempenho, este estudo propõe a colocar a seguinte questão-chave: Em que medida o governo municipal de Vilankulo presta serviços aos residentes locais de forma efectiva?

Esta questão é crucial porque os governos locais são instrumentos através dos quais os objectivos que lhes foram incumbidos pela Constituição e as necessidades das populações locais são realizados. A realização destes objectivos deve ser verificada e avaliada pelo desempenho dos governos municipais em vários domínios locais. É por isso que neste estudo vamos avaliar o desempenho do governo municipal de Vilankulo na área de prestação de serviços à população local.

¹ A lei n° 9/96 de 22 de Novembro introduz o título sobre o poder local em Moçambique.

A decisão de realizar a investigação no Município de Vilankulo prende-se com as razões de (i) ser o primeiro município a nível nacional a beneficiar-se de um projecto de urbanização e de uma fonte de abastecimento de água que funciona com base na energia solar, e (ii) ter a convicção de que este estudo irá trazer recomendações possíveis de conduzir à solução de alguns problemas enfrentados pelo município.

O trabalho tem a seguinte estrutura: o capítulo 1 apresenta a introdução, objectivos e questão-chave do trabalho; o capítulo 2 define os principais conceitos; o capítulo 3 apresenta a metodologia; o capítulo 4 analisa o desempenho do município de Vilankulo na prestação de serviços aos residentes locais, a forma como tais serviços são prestados, a percepção da população local sobre a matéria, o impacto de tal desempenho e o resumo do capítulo; o quinto e último capítulo apresenta as conclusões e recomendações do estudo, e no fim as referências bibliográficas e os anexos.

Capítulo 2: Definição de Conceitos-Chave

2.1. Descentralização Democrática

Descentralização democrática é “a transferência de recursos e de poderes (e muitas vezes de tarefas) para as autoridades de escalões inferiores que são muito ou completamente independentes dos escalões superiores do governo e que são democráticas de certo modo e a um certo grau” (Manor, 1998: 15)¹.

2.2. Desempenho

O conceito de desempenho é utilizado neste estudo para significar a capacidade do governo local de exercer suas funções básicas (atribuídas pela constituição de Moçambique) assim como a sua capacidade de satisfazer as necessidades básicas da população local de forma eficaz e eficiente. Todavia, no seu sentido mais amplo, o conceito de desempenho engloba os sub-conceitos de efectividade, responsabilidade, e processo que em si são multidimensionais e difíceis de medir (Croock e Manor, 1998: 8-10).

¹ James Manor (1998: 18-19) afirma que ela pode ter várias formas, incluindo casos em que as pessoas com poder nas instituições intermédias ou locais são eleitas em votação secreta, podendo as eleições serem directas ou indirectas. Para Manor, o conceito de descentralização democrática é usado de forma indistinta da devolução, e Fesler citado por James Wunsch (1998: 2), considerado um dos pioneiros do conceito já na década de cinquenta, defende que há devolução quando as entidades locais têm autoridade substancial para contratar, despedir, cobrar, gastar, investir, planejar, colocar prioridades e distribuir serviços que escolhem. Esta posição defendida por Fesler é importantíssima para a análise do processo de descentralização em Moçambique que, apesar de ter amplas funções para exercê-las a nível da sua área de jurisdição, tem muitas limitações na cobrança de receitas a nível local.

2.3. Eficiência

De acordo com Idalberto Chiavenato, eficiência é o uso correcto dos recursos disponíveis. Ela envolve os meios e métodos adequados para a optimização de tais recursos, e é a relação entre o que é conseguido e o possível de atingir (Chiavenato, 1987: 71).

2.4. Eficácia

Eficácia é a maneira correcta de fazer as coisas; produzir alternativas criativas, maximizar a utilização de recursos e obter resultados (Oliveira, 2001: 36).

Dos dois últimos conceitos acima discutidos pelos autores pode-se concluir que a diferença entre ambos é de grau e não de natureza. Enquanto que a eficiência preocupa-se com os meios adequados para a minimização dos custos, a eficácia está mais virada para a maximização dos resultados.

Capítulo 3: Metodologia do Estudo

3.1. Operacionalização da Questão-Chave

Em que medida o governo municipal de Vilankulo presta serviços aos residentes locais de forma efectiva?

Para avaliar o grau de desempenho do governo municipal de Vilankulo, precisamos de indicadores que nos permitam fazer tal avaliação. Neste estudo, o conceito de desempenho é operacionalizado através das variáveis de *capacidade, eficiência, e eficácia*. Assim operacionalizado, os indicadores básicos destas variáveis são:

- Uso correcto de recursos disponíveis;
- Optimização de recursos disponíveis;
- Obtenção de resultados positivos.

Há também outros indicadores que, apesar de não estarem relacionados com as variáveis supracitadas, estão relacionados com o desempenho efectivo e eficiente de qualquer governo municipal:

- Quantidade e qualidade de serviços prestados pelo governo municipal aos residentes locais;
- Congruência entre os serviços prestados pelo governo municipal e os serviços necessitados pela população local;
- Grau de satisfação da população local: será que a população local está satisfeita com o desempenho do seu governo municipal?
- Percepção da população local sobre a governação local;

- Nível de contribuição e participação da população local na gestão dos assuntos municipais e na governação local;
- Nível de parcerias e colaboração entre o governo municipal e outros actores locais: autoridades tradicionais, ONGs, organizações cívicas locais, e outros actores;
- Responsabilização e prestação de contas do governo municipal à população local;
- Dinamismo nas interacções entre o governo municipal e a comunidade local.

Estes indicadores básicos e simples podem permitir-nos avaliar o grau de desempenho do governo municipal de Vilankulo na prestação de serviços à população local. No capítulo 4, aplicaremos estes indicadores para determinar se o governo municipal tem ou não um desempenho positivo.

3.2. Métodos e Técnicas Usados na Recolha de Dados

Para examinar o grau de efectividade do governo municipal na prestação de serviços à população local, uma pesquisa de campo foi realizada durante quinze dias à vila de Vilankulo. A pesquisa de campo destinava-se a falar com (i) os dirigentes municipais, enquanto que representantes do eleitorado local sobre o seu trabalho, (ii) os beneficiários dos serviços municipais sobre o grau da sua satisfação para com os serviços que beneficiam, a avaliação deles sobre o desempenho do seu governo municipal em várias áreas de governação local e desenvolvimento económico local (DEL), assim como analisar criticamente os factores que contribuem positiva ou negativamente para o desempenho do governo municipal de Vilankulo.

Foi entrevistado um total de 36 pessoas, sendo 5 dirigentes municipais, 4 líderes comunitários e de associações e 27 residentes locais. A razão desta diversificação tinha em vista garantir uma maior fiabilidade dos dados recolhidos e permitir uma melhor confrontação dos mesmos.

A DESCENTRALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA EM MOÇAMBIQUE: ANÁLISE DO DESEMPENHO DO GOVERNO MUNICIPAL DE VILANKULO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Para alcançar estes objectivos, foram utilizados, para além das variáveis e dos indicadores operacionalizados na secção anterior, vários métodos e técnicas na recolha de dados para a concatenação deste estudo. Por questões de espaço, apresentamos em seguida o resumo dos métodos e técnicas mais usados durante a pesquisa de campo na Vila de Vilankulo.

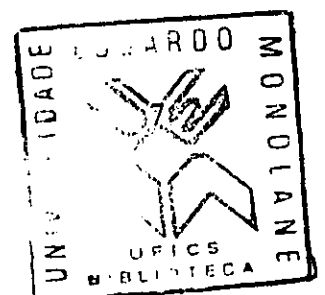
1. Pesquisa bibliográfica é um método que consiste na leitura de livros, monografias, artigos publicados e não publicados relativos ao tema em estudo. A vantagem deste método é de se familiarizar com o tema, aumentar o conhecimento sobre a temática em debate e os estudos realizados por outros, assim como verificar em que medida o estudo deve ser conduzido, mas o seu ponto fraco consiste em conduzir à gula livresca.

2. Entrevista semi-directiva consiste na recolha de dados referentes ao tema em estudo com recurso a um guião de entrevistas com questões não totalmente abertas. O recurso a este método deve-se ao facto de ser flexível e permitir recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, e obter uma informação com um elevado grau de profundidade, mas devido a essa flexibilidade, tem o inconveniente de ser susceptível a enviesamentos em relação ao assunto em questão.

3. Recolha de dados preexistentes que consistiu na recolha de informações já produzidas por terceiros, mas que podem ser úteis para a elaboração do estudo. O método foi utilizado por ter a vantagem de poupar recursos (tais como tempo e dinheiro) e ser aplicável também à análise dos fenómenos sócio-económicos como é o caso em estudo, mas tem a desvantagem de ter que manipular uma série de dados de modo a adaptá-los ao estudo.

4. Observação directa é um método em que o próprio pesquisador procede à recolha das informações directamente (sem recorrer a intermediários) e assenta na observação visual. Esta técnica tem a vantagem de ser aplicada a uma limitada gama de dimensões do social como é o caso da distribuição espacial e temporal de indivíduos e objectos, e vai ao

Agostinho João Cuinhane



A DESCENTRALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA EM MOÇAMBIQUE: ANÁLISE DO DESEMPENHO DO GOVERNO MUNICIPAL DE VILANKULO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

encontro do estudo que foi realizado, mas tem o inconveniente de o investigador esquecer-se de algo que tenha observado se não tiver registado na devida altura.

Capítulo 4: O Desempenho do governo Municipal de Vilankulo na Prestação de Serviços

4.1. Tipos de Serviços a Prestar Pelo Governo Municipal

De acordo com o artigo 6 da lei 2/97, as atribuições das autarquias locais são:

- desenvolvimento económico e social local;
- meio ambiente, saneamento básico e qualidade de vida;
- abastecimento público;
- saúde;
- educação;
- cultura, tempos livres e desporto;
- polícia da autarquia;
- urbanização, construção e habitação.

Da conjugação dos artigos 188 da Constituição da República de Moçambique e 6 da Lei 2/97 encontram-se delineados três tipos de funções: funções de carácter político, económico, e de prestação de serviços. Nas funções de carácter político está patente o aprofundamento da democracia e organização da participação dos cidadãos; nas de carácter económico, o desenvolvimento económico local; e nas de prestação de serviços encontra-se a urbanização, construção e habitação, meio ambiente, saneamento e abastecimento público. Este estudo vai debruçar-se sobre a capacidade do governo municipal de Vilankulo na prestação de serviços à população local.

4.2. Como Estes Serviços Estão a Ser Prestados Pelo Governo Municipal

Nesta secção procede-se à apresentação dos dados recolhidos em Vilankulo nas áreas de administração autárquica, meio ambiente, obras públicas, saneamento básico, energia, e transportes e comunicações, assuntos a ser desenvolvidos em seguida.

4.2a) Administração Autárquica

Para prestar este serviço, o governo municipal criou os serviços de administração, recursos humanos e patrimoniais; de economia e finanças, e os serviços técnicos de cadastro e urbanização. Como resultado da criação de tais serviços tem se verificado uma maior flexibilidade no processamento de requerimentos submetidos pela população local e outros interessados.

O governo municipal tem promovido encontros com os munícipes para a apresentação, discussão e esclarecimento sobre algumas actividades levadas a cabo pelo primeiro, ou ainda em perspectiva, e estes últimos têm contribuído também com ideias sobre o assunto em debate, estando-se nesta fase a se explicar aos munícipes sobre a postura da vila. Os líderes comunitários e de associações reconhecem haver uma boa articulação entre eles e o município para a solução dos problemas, mesmo para questões que não são da alçada do executivo municipal este tem intercedido junto de outras instâncias para agilizar o processo, para além do apoio material e financeiro que tem dado para o funcionamento das associações.

O presidente do município tem tido uma enorme preocupação em ver a vila desenvolvida, e tem sido a figura de proa neste processo, e o facto de ele ser de relacionamento fácil, comunicativo, popular na vila e saber expor os problemas, tem contribuído para um melhor desempenho do seu executivo. Ele tem pedido apoios a potenciais financiadores, ONGs, visitantes, e tem também facilitado os procedimentos para os que pretendem

investir na zona do município, com especial destaque para a área do turismo, maior potencialidade da vila, e não usa recursos públicos em seu benefício pessoal mesmo o que por lei tem direito, revertendo isso em benefício do próprio Município.

4.2b) Meio Ambiente

Nesta área o governo municipal criou um viveiro municipal de plantas (fruteiras, coqueiros e cajueiros); transplantou as plantas do viveiro municipal ao longo da zona costeira para protegê-la da erosão; plantou árvores (coqueiros híbridos) e mais de 400 casuarinas na zona de Chibuene. Construiu também latrinas melhoradas nos mercados municipais; fez o levantamento das zonas críticas e propensas à erosão nos bairros, ao longo da rua da marginal, nas escolas primárias do aeroporto, Chibuene, sede da vila e nas zonas costeiras, cujo "dossier" foi enviado ao FUNAB (Fundo Nacional do Ambiente), para possível financiamento; divulgou as normas para o uso racional dos recursos naturais para reduzir os efeitos da erosão e defesa das dunas e ravinas costeiras em todos os bairros municipais com maior destaque para os operadores turísticos e pescadores.

Para além das actividades descritas acima, o governo municipal educa as pessoas sobre como usar os balneários públicos e o nível de resposta por parte dos munícipes tem sido aceitável.

4.2c) Obras Públicas

Nesta área, o governo municipal elaborou o plano de urbanização da vila de Vilankulo¹ que depois foi submetido à Assembleia Municipal para aprovação, procedeu à

¹ Trata-se de um Plano que pretende orientar o desenvolvimento e ordenamento espacial da vila num período de dez anos (2000-2010); espelha a situação prevalecente na vila de Vilankulo, as tendências de expansão habitacional; define zonas de reserva para equipamentos sociais, infra-estruturas, bem como áreas de protecção da baía de Vilankulo e das margens do rio Chicome. Este Plano é apresentado em quatro volumes: o primeiro faz uma apresentação do diagnóstico da situação da vila, desde os aspectos

reabilitação e ampliação do equipamento do edifício-sede municipal; parcelou as zonas de expansão urbana dos bairros Alto-Macassa – mais de 800 talhões demarcados para uso diverso com ruas de 12 e 6 metros de largura; de Chibuene – mais de 800 talhões para fins turístico, habitacional, industrial, comercial, equipamentos sociais diversos; 19 de Outubro – com 260 talhões demarcados para fins diversos.

Para além das actividades descritas acima, o governo municipal construiu uma estrada terraplanada que parte do bairro Alto-Macassa até Chibuene e 2 pontecas com base em material local para a travessia sobre o rio Chicome nos bairros Desse e 5º Congresso, fez a terraplanagem das ruas do mercado central até ao Hotel Dona Ana e a Marginal; demarcou os novos recintos para cemitério e estádio desportivo no bairro do Alto-Macassa; concedeu 216 talhões com isenção de taxas aos munícipes indigentes de modo a promover a iniciativa de auto-construção de habitação e está a construir 60 casas para o reassentamento de munícipes que vivem em zonas propensas às inundações e erosão. Das 60 casas planeadas já foram construídas 30, o que corresponde a 50% de realização do plano.

O governo municipal, através da vereação para a construção e urbanização, forneceu material como chapas de zinco, caniço, estacas, cimento, portas e janelas aos beneficiários, e cada um procede à edificação da sua própria habitação, e na impossibilidade de estes por si construir, podem procurar alguém para o efeito a ser pago pelo município cujo valor é estimado em 2.500.000,00 MT. Tais casas foram construídas com base em material misto e contaram com o apoio financeiro da Acção Agrária Alemã.

demográficos, as principais actividades da vila, aspectos sobre a habitação, equipamentos sociais, infra-estruturas e a síntese dos principais problemas; o Segundo volume faz uma proposta do solo, analisando as projecções da população e as propostas de desenvolvimento, em suma, apresenta-se de forma detalhada o zoneamento do uso do solo; o volume três apresenta as normas regulamentares que orientam o processo de implementação do Plano; e o quarto e último apresenta o Plano parcial do bairro Alto Macassa (Plano de Urbanização da Vila de Vilankulo, 2000: 9).

4.2d) Área de Saneamento

A. Recolha de lixo e limpeza pública

O governo municipal melhorou o sistema de recolha e tratamento de lixo; fez a organização e conservação de cemitérios municipais; promoveu a realização de limpeza no Hospital Rural de Vilankulo e participou nas despesas relativas à reabilitação das infra-estruturas; construiu a casa mortuária e montou o sistema de frio com seis gavetas.

O sistema de recolha de lixo ainda não abrange os bairros periféricos da Vila, e nestes locais ainda se procede ao sistema de enterrar o lixo. As causas de não recolha de lixo pelo município na zona acima referida são: dificuldades de acesso por causa do areal nas ruas e a insuficiência dos meios circulantes de recolha como tractores e viaturas.

A recolha de lixo restringe-se somente à zona do cimento, aos mercados, assim como às instituições públicas e privadas, e as taxas variam de 15.000,00 MT para as residências; 150.000,00 MT para os bares e restaurantes; e 500.000,00 MT para as estâncias turísticas, valores esses usados para abastecer em combustível as viaturas que procedem à recolha de lixo.

Para a recolha de lixo, o município conta com dois tractores, sendo um com pá escavadora e outro com atrelado destinados para os mercados; e uma carrinha de quatro toneladas que recolhe o lixo produzido nas residências, estâncias turísticas, e outras instituições.

B. Abastecimento de Água

Para fornecer este serviço, o governo municipal construiu um fontanário público no bairro 5º Congresso; reabilitou três fontanários públicos nos bairros 25 de Junho, 7 de Setembro

e no mercado de Mucoque; reabilitou um furo e abriu outro para a captação de água e montou as respectivas bombas que funcionam com base no sistema solar nos bairros Desse e 25 de Junho; e reabilitou 2 pequenos sistemas eléctricos de captação e abastecimento de água de Nhajusse e do bairro Central da vila e dos respectivos depósitos elevados.

Apesar do esforço empreendido pelo governo municipal em fornecer água a todos os munícipes, ainda se registam graves problemas neste sector, derivados pela incapacidade e ineficiência dos sistemas já montados. Todos os munícipes entrevistados reclamaram sobre o sistema de abastecimento de água, tanto os que possuem o sistema de canalização nas suas casas como os que se beneficiam do sistema de fontanários.

São apontadas como principais causas do deficiente abastecimento de água as seguintes: envelhecimento da tubagem, baixa pressão, fraca potência das bombas, exiguidade orçamental. Para uma melhor elucidação do problema de abastecimento de água na vila, remetemos ao leitor às tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – localização de furos, fontanários e poços:

Localização por bairro	Furos com bombas	Poços a céu aberto	Fontanários	
			Operacionais	Inoperacionais
Desse	2	2	-	2
Bairro Central	1	2	1	-
7 de Setembro	1	-	3	3
5º Congresso	1	2	-	1
19 de Outubro	2	3	2	1
25 de Junho	3	2	-	1
Aeroporto	2	1	-	1
Alto Macassa	-	2	-	-
Total	12	14	6	9

Fonte: Plano de Urbanização da Vila de Vilankulo (2000: 45).

Tabela 2 : Localização de furos, fontanários e poços, mas com actualização.

Localização por bairro	Furos com bombas	Poços a céu aberto	Fontanários	
			Operacionais	Inoperacionais
Desse	2 1 reabilitado	2	-	2
Bairro Central	1	2	1	-
7 de Setembro	1	-	3 1 reabilitado	2
5º Congresso	1	2	- 1 construído	1
19 de Outubro	2	3	2 1 reabilitado	-
25 de Junho	3 1 aberto	2	-	1
Aeroporto	2	1	-	1
Alto Macassa	-	2	-	-
Total	13	14	9	7

Fonte: A mesma da tabela 1 mas adaptada pelo autor para efeitos de análise.

A tabela 1 mostra um total de 12 furos com bombas, 14 poços a céu aberto, 15 fontanários das quais 6 são operacionais e 9 inoperacionais, totalizando ao todo 41 fontes de abastecimento de água. A tabela 2 mostra que foram reabilitados 2 fontanários nos bairros 7 de Setembro e 19 de Outubro, 1 furo no bairro Desse e aberto outro no bairro 25 de Junho (estes 2 accionados pelo sistema solar); foi construído 1 fontanário no bairro 5º Congresso. Com a reabilitação de 2 fontanários, o número de inoperacionais reduz para 7 de um total de 9, e o de fontanários operacionais passa de 6 para 9 a contar com o novo construído.

É de notar que do total de 41 fontes indicadas pela tabela 1, com a construção de mais 2, o número sobe para 43, mas como o número de inoperacionais é de 7, pode-se afirmar que existe um total de 36 fontes de água para uma população estimada em 19.840 habitantes da vila referente aos 8 bairros, sem incluir o novo bairro de Chibuene, que dista a 7 quilómetros do centro da vila.

Em termos de número de consumidores, o bairro 5º Congresso é o mais populoso, com 972 agregados, 3.885 habitantes, o que corresponde a 21% da população total da vila, com apenas 5 fontes, sendo 4 operacionais e 1 inoperacional; enquanto que o bairro 7 de Setembro, com 281 agregados familiares, 1.127 habitantes – correspondente a 6,10% é o que possui mais fontes, com um total de 7, sendo apenas 2 inoperacionais, o que demonstra haver uma grande disparidade no sistema de abastecimento de água aos munícipes.

4.2e) Energia

Apesar de o fornecimento da energia ser uma das incumbências do município de Vilankulo, ela é gerida por uma empresa privada e o nível de insatisfação por parte dos munícipes é bastante elevado, quer pelos custos pela sua utilização, bem como pelas frequentes oscilações da corrente fornecida aos residentes.

Ainda não há melhoria considerável no concernente à expansão da rede, permanecendo ainda a rede de raiz. O abastecimento de energia eléctrica é efectuado a partir de uma central eléctrica que funciona com três geradores de 160 KVA cada, alimentados a gás, canalizado a partir de Pande através de um gaseoduto subterrâneo. Esta energia carece de qualidade, para além da incapacidade por parte da entidade gestora da mesma em acompanhar o desenvolvimento da vila, e satisfazer a demanda dos munícipes. Esta situação deve-se à incapacidade do gerador montado para o fornecimento de energia, estando-se a discutir entre os órgãos municipais, a Direcção Nacional de Energia e o projecto de exploração de gás de Pande e Temane alternativas viáveis para o aumento da capacidade instalada na vila.

4.2f) Transportes e Comunicações

Ainda não existe no município de Vilankulo um sistema de transportes que liga os diferentes bairros da vila.

Todavia, funcionam na vila de Vilankulo as Telecomunicações de Moçambique com ligações domiciliárias e telefonia móvel, e o nível de satisfação por parte dos utilizadores é bastante grande, bem como a Rádio Comunitária de Vilankulo (RTV) que para o seu funcionamento conta com os fundos do Município e a satisfação dos munícipes é também maior pelos serviços prestados.

4.3. O Impacto do Desempenho do Governo Local nas Relações Estado-Sociedade ao Nível Local

Apesar das dificuldades que o governo municipal tem enfrentado na prestação de alguns serviços, o seu desempenho é positivo. Com efeito, o governo municipal tem sido dinâmico na gestão dos assuntos locais. Como resultado desta postura, a população local tem participado na gestão dos assuntos municipais e na governação local através de encontros realizados pelo governo municipal com vista a discutir assuntos relativos ao município. Tais encontros têm se realizado nos bairros, mercados, sendo a RTV e os próprios líderes comunitários os canais usados para informar as populações sobre a agenda e o local do encontro.

Nesses encontros, debatem-se questões consideradas cruciais para o município, desde a administração autárquica, a actuação da Polícia da autarquia, saneamento básico (limpeza e abastecimento de água), funcionamento dos mercados, entre outros, em que a população local apresenta as dificuldades que enfrenta e a forma para a sua superação. O

governo local, por sua vez apresenta à população local o trabalho realizado, o que está em realização e as dificuldades que encara na execução de tarefas. Deste modo, tanto os munícipes como o governo municipal ficam informados sobre as actividades desenvolvidas e os problemas persistentes dentro da sua área de jurisdição.

O próprio governo municipal reconhece que os munícipes têm contribuído bastante para um melhor desempenho do município através das idéias que apresentam. Os munícipes também reconhecem que o executivo local tem lhes consultado sobre vários assuntos, mas apontam que os encontros têm sido com maior frequência com os operadores do sector informal, crítica essa aceite pelos dirigentes municipais. Tal como reconheceu a vereadora para a área do desenvolvimento económico e social e abastecimento público, os encontros com o sector informal visam a criação de condições para o aumento das receitas para o município, daí a construção de um novo mercado orçado em 328.000 dólares americanos, e conta com o apoio do governo da Irlanda.

Quanto às parcerias e colaboração entre o governo municipal e outros actores locais, importa salientar que existe um nível de colaboração maior entre ambos. Aqui pode-se destacar a área do meio ambiente em que a vereação tem contado com o apoio dos líderes comunitários, professores, líderes religiosos, Fórum Naturais em Perigo, não só para as jornadas de limpeza nas praias e outros espaços públicos, mas também para a educação ambiental em que se envolve mais crianças e jovens, abrindo-se concursos para o efeito, plantio de árvores (coqueiros, casuarinas), bem como sobre o uso dos balneários públicos. O nível de resposta é considerado aceitável, e a RTV tem contribuído bastante para a difusão das mensagens.

Tem havido relutância por parte dos munícipes médios, em especial os que residem na zona do cimento, porque estes recusavam-se a pagar as taxas e participar nos encontros promovidos pelo governo municipal. As razões de tal recusa relacionavam-se com o facto de considerarem (i) ser sujeitos a uma dupla tributação, em especial aos que desenvolvem actividades de natureza económica; (ii) não ter uma contrapartida imediata pelas taxas

que pagam; (iii) não terem recebido o convite, nem informação para participar em tais encontros. Esta situação tem vindo a ser ultrapassada devido ao empenho do governo local na sensibilização destes para o cumprimento do seu dever, uma vez que só com a colaboração de todos os munícipes é que se pode atingir níveis desejáveis de desempenho.

Pode-se destacar ainda a articulação entre o governo municipal e outros actores como as associações locais, em que este tem facilitado a tramitação e o envio do expediente para outras instâncias fora da alçada do município, situação que em condições normais levaria muito tempo a aguardar pela resposta, mas que tem sido célere devido ao apoio prestado pelo governo municipal a estas associações, para além do apoio material fornecido para garantir o seu pleno funcionamento. É exemplo dessa articulação a Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra (AMODEG) e a Associação dos Deficientes Militares de Moçambique (ADEMIMO) de Vilankulo bem como a Associação dos Pescadores Locais.

Quanto à colaboração entre o governo municipal e as ONG's, é de destacar o relacionamento deste com a GTZ/PDD pelos apoios que esta organização alemã tem prestado ao município de Vilankulo, sendo de destacar os seguintes: (i) doação de fundos, (ii) assessoria técnica na área de descentralização, (iii) construção do gabinete do presidente, (iv) compra do mobiliário e do aparelho de ar condicionado; (v) construção da sala de espera com 12 camas no Hospital Rural de Vilankulo, e (vi) promoção de cursos de capacitação para os funcionários. Para além deste apoio, esta ONG tem conseguido apoios para o município através da sua congénere alemã como são os casos do gerador de captação de água em Nhajusse, um tractor usado para a recolha de lixo, uma biblioteca, uma sala de informática ligada à internet.

Devido ao bom relacionamento entre o governo local com a GTZ, contactos com outras ONG's como a Agência Suíça Para a Cooperação e o Desenvolvimento (SDC), a Care International e a Save the Children têm sido facilitados.

O governo local tem procedido a prestação de contas à população local. Algumas brigadas formadas pelo governo local têm se deslocado aos bairros para informar a população sobre as actividades realizadas ou em perspectiva, o estágio de tais actividades, as dificuldades enfrentadas para em conjunto encontrar formas para a sua superação.

Para o caso concreto de Vilankulo, não se vislumbram por parte dos munícipes atitudes de desconfiança em relação ao executivo de Sulemane Amugy. É considerada uma equipa dinâmica e comprometida com a causa pública. De acordo com os entrevistados, constituem sinais de transparência os seguintes:

- (i) O facto de o presidente ter construído a Escola Primária 19 de Outubro com o seu salário conforme havia prometido durante a campanha eleitoral;
- (ii) O facto de não usar os bens do município em benefício próprio, desde os bens móveis e imóveis (arrenda a casa para o presidente do município a que tem direito e de hóspedes revertendo os fundos a favor do município);
- (iii) O facto de oferecer o seu fundo para representação à tesouraria para ajudar na resolução de problemas;
- (iv) O facto de usar a sua própria viatura para realizar tarefas relativas ao município;
- (v) O facto de ser aberto e implacável a actos de corrupção, o que inibe os membros do seu *staff* de praticar tais actos;
- (vi) E por ser um agente económico de sucesso a nível de toda a região norte da Província de Inhambane.

Todos estes factores são considerados pelos residentes locais como indicadores de transparência.

Quanto ao dinamismo nas interacções entre o governo local e a comunidade local, é de salientar que este é maior. A preocupação em encontrar respostas e conhecer os problemas enfrentados pela contraparte é maior. Não há muito formalismo para se encontrar com o presidente do município, tanto no seu gabinete de trabalho assim como

fora dele, estando sempre disponível para receber e ouvir as preocupações dos munícipes. Tais preocupações podem estar relacionadas com o mau funcionamento da Polícia autárquica, dos funcionários ou dos dirigentes municipais.

4.4. Percepção da População Local Sobre a Quantidade e Qualidade dos Serviços Prestados

As entrevistas feitas a 31 residentes indicam que em geral o governo local teve um desempenho positivo na prestação de serviços à população local. Todavia, tais residentes afirmaram que a prestação é deficiente.

Apesar dos esforços empreendidos e investimentos feitos pelo governo municipal para resolver o problema de abastecimento de água, e ter declarado este sector como prioritário na altura da tomada de posse em 1998, este problema ainda persiste. Existe um total de 36 fontes de água em funcionamento para uma população estimada em 19.840 habitantes da vila, sem incluir o novo bairro de Chibuene, que dista a 7 quilómetros do centro da vila.

Os dados apresentados pelas tabelas 1 e 2 da secção 4.2 mostram que o investimento realizado no sector ainda é insuficiente se se comparar à realidade encontrada pelo governo municipal aquando da sua tomada de posse e no período posterior.

Apesar de se apontar como uma das razões do insuficiente sistema de abastecimento de água aos munícipes a falta de recursos financeiros, é de notar que não se vislumbra por parte do município um plano elaborado que tem em vista não só satisfazer as necessidades actuais, mas também capaz de acompanhar a evolução da vila.

É necessário um plano mais ousado para solucionar o problema a médio e longo prazos de tal modo que todos os munícipes se beneficiem do abastecimento de água, sem com isso querer significar que as actuais intervenções no sector sejam insignificantes.

O período em que sai a água canalizada é bastante reduzido, que é o das 6 às 9 horas no período de manhã, e das 16 às 18 horas no da tarde; perfazendo 5 horas, o que corresponde a 1/5 das 24 horas do dia, o que demonstra que o sistema é ineficiente, ineficaz e desajustado à actual realidade do município de Vilankulo, que está em constante crescimento.

Apesar dos esforços empreendidos neste sector ao longo do período em análise, os dados de campo mostram ser necessária uma maior intervenção e trabalho mais ousado para que este bem público chegue a todos os munícipes.

É notável a ineficiência, ineficácia e inequidade no funcionamento de água aos munícipes apesar dos trabalhos levados a cabo pelo município com vista a resolver a situação, desde a aquisição de um sistema que funciona com base na energia solar, reabilitação de alguns depósitos e fontanários, e abertura de algumas fontes.

Na área de energia, não houve investimentos quer no concernente à iluminação pública, quer ao acompanhamento da expansão da vila, o que mostra de forma inequívoca não ter havido desenvolvimentos no sector, e o nível de insatisfação dos munícipes é bastante grande.

O facto de se estar a discutir entre os órgãos municipais, a Direcção Nacional de Energia e o projecto de exploração de gás de Pande e Temane alternativas viáveis para a superação do problema, demonstra haver por parte do governo do município uma enorme preocupação em ver o problema resolvido.

No ramo das obras públicas e habitação, procedeu-se à reabilitação, ampliação e equipamento do edifício sede municipal; parcelamento das zonas de expansão urbana dos

bairros Alto-Macassa – mais de 800 talhões demarcados para uso diverso com ruas de 12 e 6 metros de largura; de Chibuene – mais de 800 talhões para fins turístico, habitacional, industrial, comercial, equipamentos sociais diversos; 19 de Outubro – com 260 talhões demarcados para fins diversos.

De um modo geral, os trabalhos desenvolvidos pelo município nesta área, apesar de estarem longe de satisfazer as necessidades dos munícipes, demonstram haver algum empenho por parte do executivo municipal na solução dos problemas, apesar da limitação de recursos para a sua execução. De acordo com os entrevistados, o simples facto de o governo do município estar a desenvolver estas actividades mostra que está preocupado em resolver os problemas locais e devolver a imagem que Vilankulo teve no passado, e transformá-lo numa cidade e ponto de referência obrigatória a nível nacional a curto, médio e longo prazos.

O facto de se ter feito o levantamento das zonas críticas e propensas à erosão, e enviar-se o dossier para o FUNAB mostra claramente haver por parte do executivo de Vilankulo uma maior preocupação em levar a cabo um trabalho mais ousado com vista à protecção da costa que tem sofrido com a erosão, apesar dos esforços empreendidos pela edilidade a fim de colmatar a situação através do recurso a métodos relativamente baratos como o plantio de casuarinas que são também um método que já se mostrou eficaz na protecção da erosão costeira.

A entrada em funcionamento da RTV que cobre toda a área do município mostra um certo empenho por parte do executivo municipal em facilitar as comunicações e o acesso à informação, permitindo assim uma maior aproximação entre ambas as partes, e o nível de satisfação por parte dos munícipes é também bastante elevado.

Sintetizando, pese embora alguns constrangimentos registados em alguns serviços já apontados ao longo desta secção, os munícipes estão satisfeitos com o trabalho realizado pelo governo local, na procura de soluções viáveis para os problemas com que se debate

o município de Vilankulo, e mostram ter conhecimento sobre as actividades desenvolvidas pelo governo municipal, o que demonstra haver algum entusiasmo e empenho por ambas as partes na busca de soluções para a sua área de jurisdição. De um modo geral, o governo municipal de Vilankulo cumpre a sua tarefa de prestar serviços aos residentes locais embora de forma deficiente. A secção seguinte apresenta o impacto do desempenho do governo local nas relações entre o Estado e a Sociedade como fruto da articulação entre o governo municipal e os outros actores que directa ou indirectamente contribuem para o desempenho positivo do executivo.

4.5. Resumo

Em termos gerais, apesar de persistirem alguns problemas no sistema de abastecimento de água e energia, é de realçar que a tese central defendida pelos defensores da descentralização segundo a qual ela contribui para a melhoria dos serviços prestados aos residentes locais (Prud'homme, 2001: 3-4; Smoke, 2001: 1-2; Olowu, 2001; Ruíz, 1997: 3) tem fundamento por seguintes razões:

- Permite um conhecimento da realidade e dos problemas locais;
- Existe uma preocupação maior em resolver os problemas mais prementes como é o caso da água, energia, erosão, apesar da escassez de recursos;
- Mobilização dos recursos humanos, materiais, e financeiros para a solução dos problemas locais como é o caso do recurso às ONG's para apoio financeiro e mobilização dos munícipes para jornadas de limpeza nas praias;
- Uso dos recursos locais para resolver problemas que preocupam as pessoas localmente como é o caso da reparação de estradas, pontecas, e casas construídas em material misto o que diminui os custos de produção melhorando a eficiência alocativa e produtiva como defende Prud'homme (2001: .3-4);

- Rapidez na decisão e atracção de investimentos tal como defendem o PROL e Guambe in Mazula et al (1998: 15-31). Tal rapidez deve-se à inexistência de uma cadeia hierárquica pois, muitos assuntos que são da alçada do governo municipal são decididos localmente, e os investidores sabem à priori a quem contactar, tal como ocorre no município de Vilankulo.

Tal como defendem Ruíz (1997: 3) e Masalila (1996: 13) a descentralização não é um fim, mas um meio para a obtenção de maior eficiência e eficácia no cumprimento dos compromissos públicos, e para aproximar o poder ao cidadão, mas não garante uma distribuição mais equitativa dos recursos escassos. Isto verificou-se no município de Vilankulo no tocante à área do saneamento em que um segmento dos munícipes beneficia-se enquanto que a grande maioria não.

Apesar de a descentralização ser preferível que a centralização, de acordo com os dados encontrados no terreno, alguns problemas se levantam tais como: (i) a escassez de recursos financeiros necessários para a execução de tarefas importantes, o que ainda não é o caso das autarquias locais moçambicanas que se debatem com a escassez de todo o tipo de recursos, (ii) inexistência de uma sociedade civil forte e de um capital social, tal como argumenta Manor (1998: 29-31). Estes factores podem comprometer o processo de descentralização democrática em Moçambique, se não se potenciar os municípios com capacidades e recursos de modo a estarem à altura de definir as prioridades para o seu desenvolvimento local.

A tese de Manor encontra fundamento em Fesler citado por Wunsch (1998: 2), que admite falar-se de devolução somente quando as entidades locais tiverem autoridade suficiente para fazer face ao poder central. Infelizmente, esta ainda não é a situação das autarquias locais moçambicanas que enfrentam uma série de problemas.

Em Vilankulo é notável uma maior articulação entre o governo municipal e os munícipes, o que tem contribuído para a superação de alguns problemas apesar da escassez de

recursos pois, tanto os dirigentes municipais assim como os munícipes têm consciência da existência dos mesmos e colaboram para a sua solução.

Apesar dos constrangimentos verificados em algumas áreas como saneamento e energia, é preciso reconhecer que o município de Vilankulo cumpre as funções que lhe foram incumbidas no âmbito do processo de autarcização.

Capítulo 5: Conclusões e Recomendações

Este estudo tinha como objectivos (i) analisar o desempenho do governo municipal de Vilankulo na prestação de serviços aos residentes locais e (ii) propor possíveis soluções para a superação de alguns dos problemas enfrentados pelo município.

Os dados empíricos analisados neste estudo mostram haver um desempenho positivo por parte do executivo municipal, apesar da escassez de recursos financeiros para a execução de tarefas que lhes foram incumbidas pela constituição de Moçambique.

A descentralização é um meio para a criação de um espaço em que governantes e governados a nível local estão em permanente interacção, trabalhando em conjunto para a solução dos problemas que lhes afligem e melhorar as suas condições de vida.

De facto, a análise efectuada no Capítulo 4 mostra claramente que o governo municipal de Vilankulo tem estado a prestar os serviços à população local. Os serviços que são dignos de menção são de administração autárquica, meio ambiente, saneamento básico, obras públicas, energia, e transportes e comunicações. Não obstante, a população local considera que o governo municipal precisa de fazer melhorias na prestação de serviços de abastecimento de água, energia e transportes, uma vez que estes serviços não estão a ser providenciados de forma efectiva. Isto significa que apesar do trabalho realizado, o governo municipal deve redobrar os esforços não só na prestação de tais serviços como também na melhoria da gestão e governação locais.

No cômputo geral, dados empíricos analisados neste estudo mostram que há um longo caminho por percorrer em Moçambique para que todos os municípios sejam dotados de capacidades financeiras, administrativas, e organizacionais que lhes permitam desempenhar as suas competências de forma efectiva. O governo central tem responsabilidade neste processo, mas os actores locais tem a responsabilidade principal. A criatividade, o dinamismo e a capacidade nas mãos da população local devem ser

potenciados porque já são evidentes no município de Vilankulo. Os governos locais são os timoneiros que guiarão as populações locais a lograrem os seus objectivos.

A experiência municipal destes primeiros cinco anos mostra que a descentralização democrática em Moçambique abriu janelas para as populações locais serem donas do seu destino. A forma como isto se efecturará nas várias partes de Moçambique será distinta, devido às especificidades de cada região.

Neste estudo, analisamos a experiência do governo municipal de Vilankulo na prestação de serviços à população local. É uma experiência digna de realce, mas o leitor entenderá que é também de desafios. Tendo em conta tais desafios, como é que o governo municipal de Vilankulo deve lidar com eles?

Recomendações

Tendo em conta os desafios que lhe põe, o estudo sugere que o governo municipal

- Elabore um plano de abastecimento de água capaz de satisfazer as necessidades actuais e futuras dos munícipes, tendo em conta a expansão urbanística da vila;
- Envolve todos os munícipes na procura de soluções para os problemas do município;
- Crie condições necessárias para a melhoria no fornecimento da energia eléctrica, a expansão da rede e redução dos custos de utilização por parte de munícipes de tal modo que largos segmentos da população tenham acesso a este serviço.

Se o governo municipal e a sua população forem capazes de capitalizar aquilo que já fizeram, não restam dúvidas que a população de Vilankulo será dona do seu próprio destino.

Referências Bibliográficas

- Alves, A. e Cossa, B. (1999). Guia das Autarquias Locais: Projecto de Descentralização e Democratização. GTZ/MAE.
- Amaral, Diogo Freitas do (1988). Curso de Direito Administrativo. 2ª edição. Coimbra: Almedina, volume 1.
- Amaral, Wanda (1999) (comp.). Guia Para a Apresentação de Teses, Dissertações, Trabalhos de Graduação. 2ª edição. Maputo: Livraria Universitária, UEM.
- Burns, Danny, *et al* (1994). The Politics of Decentralisation: Revitalising Local Democracy. London: Macmillan.
- Chiavenato, Idalberto (1987). Teoria Geral da Administração. 3ª edição. São Paulo: McGraw-Hill.
- Chiavenato, Idalberto (1995). Recursos Humanos. 3ª edição. São Paulo: Atlas.
- Cistac, Gilles (2001). Manual de Direito das Autarquias Locais. Maputo: Livraria Universitária, UEM.
- Crook, Richard C. and Manor, James (1998). Democracy and Decentralisation in South Asia and West Africa: Participation, Accountability and Performance. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fukuyama, Francis (1992). The End of History and the Last Man. New York: Free Press.
- Guambe, José (1996). Reforma dos Órgãos Locais: Vantagens e Riscos da Descentralização. In Aguiar Mazula *et al.* (1998). Autarquias Locais em Moçambique: Antecedentes e Regime Jurídico. Lisboa — Maputo.
- Huntington, Samuel (1994). A Terceira Onda: A Democratização no Final do Século XX. São Paulo: Ática.
- Jaglin, Sylvie e Dubresson, Alain (dir.) (1993). Pouvoirs et Cités d'Afrique Noire: Décentralisation en Questions. Karthala, Paris.
- Lakatos, Eva e Marconi, Marina (1992). Metodologia do Trabalho Científico. 4ª edição. São Paulo: Atlas.
- Lundin, Iraê e Machava, Francisco (Ed.) (1998). Decentralisation and Municipal Administration: Description and Development of Ideas on Some African and European Models. FES, Mozambique.

Lundin, Iraê e Machava, Francisco (Ed.) (1996). Descentralização e Administração Municipal: Descrição e Desenvolvimento de Ideias Sobre Alguns Modelos Africanos e Europeus. FES/MAE.

Manor, James. A Promessa e as Limitações da Descentralização. In José Guambe e Bernhard Weimer, (Ed.) (1998). Texto de Discussão nº 6, PROL, MAE.

Masalila, B. (1996). 'Governo Local no Botswana'. In Iraê Lundin e Francisco Machava, (Eds.). Descentralização e Administração Municipal: Descrição e Desenvolvimento de Ideias Sobre Alguns Modelos Africanos e Europeus. FES, MAE.

Ministério da Administração Estatal (1999). Pacote Autárquico. Brochura I. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Ngoenha, Severino (1992). Por Uma Dimensão Moçambicana da Consciência Histórica. Porto: Edições Salesianas.

Oliveira, Djalma Rebuças de (2001). Planeamento Estratégico: Conceitos, Metodologias, práticas. 15ª edição. São Paulo: Atlas.

Olowu, Dele (2001). 'Local Political and Institutional Structures and Processes'. Decentralization and Local Governance in Africa. [Http://www.uncdf.org/capetown/docs_statements](http://www.uncdf.org/capetown/docs_statements) (26 - 30 of March 2001) .

Prud'homme, Remy (2001). 'Fiscal Decentralisation and Intergovernmental Fiscal Relations'. Decentralization and Local Governance in Africa. [Http://www.uncdf.org/capetown/docs_statements](http://www.uncdf.org/capetown/docs_statements) (26 - 30 of March 2001) .

Przeworski, Adam (1994). Democracia e Mercado: Reformas Políticas e Económicas na Europa Oriental e na América Latina. Rio de Janeiro: elume-Dumará.

Quivy, Raymond e Campenhout, Luc (1998). Manual de Investigação em Ciências Sociais. 2ª edição. Lisboa: Grádiva.

República de Moçambique, Constituição (1990). 2ª edição. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Ruiz, José Raúl A. (1997). 'Dimensión Política de la Descentralización'. Technical Consultation on Decentralization, Rome, 16-18 December 1997. <http://www.fao.org/sd/rodirect/Rofo0015.htm>.

Smoke, Paul (2001). 'Overview of Decentralisation and Workshop Theme Linkages'. Decentralization and Local Governance in Africa. [Http://www.uncdf.org/capetown/docs_statements](http://www.uncdf.org/capetown/docs_statements) (26 - 30 of March 2001) .

Soiri, Lina (1999). Moçambique: Aprender a Caminhar Com Uma Bengala Emprestada? Ligações Entre Descentralização e Alívio à Pobreza. Documento de Reflexão nº 13, ECDPM.

Totemeyer, Gerhard (2000). The Local State: Democratisation and Decentralisation. In Obede Baloi e José Macuane, (Ed.). Final Report of the International Conference on Local Government Elections in Mozambique. Maputo: UFICS/UEM.

Totemeyer, Gerhard (1996). Namíbia. In Irãe Lundin e Francisco Machava (Ed.) (1996). Descentralização e Administração Municipal: Descrição e Desenvolvimento de Ideias Sobre Alguns Modelos Africanos e Europeus. FES/MAE.

World Bank (April, 1994). 'Building Capacity for Decentralization and Local Governance in Sub-Saharan Africa: The Municipal Development Program'. <http://www.worldbank.org/afr/findings/english/find15.htm>.

Wunsch, James S. (1998). 'Decentralization, Local Governance and the Democratic Transition in Southern Africa: A Comparative Analysis'. African Studies Quarterly. <http://web.africa.ufl.edu/asq/v2/v2i1a2.htm>.

Anexos

Anexo 1

Perfil do Município de Vilankulo

Segundo as Folhas Informativas dos 33 Municípios, a vila de Vilankulo é a sede do distrito do mesmo nome, e situa-se a nordeste da província de Inhambane. É uma vila litoral de Moçambique e ocupa uma área que abrange a actual localidade com o mesmo nome. É limitada a Sul pelo círculo de Chixocane, a Norte pelo círculo de Macunhe, a Oeste pelo círculo de Pambarra, e a Este é banhada pelo Oceano Índico. Tem uma população estimada em 47.773 habitantes, sendo 19.840 habitantes a população da vila, e 27.933 habitantes da localidade sede de Vilankulo. É composto por nove bairros que são: Bairro central, 7 de Setembro, Desse, 5º Congresso, 25 de Junho, 19 de Outubro, Aeroporto, Alto-Macassa e Chibuene, este último recentemente criado. Funcionam na vila de vilankulo os seguintes órgãos: administração do distrito e respectivas direcções distritais; o tribunal distrital; os serviços de registo civil e notariado; o comando distrital da PRM e da Polícia Aduaneira, os Serviços de Migração e a Delegação Marítima. Em termos de infra-estruturas económicas e sociais, a vila possui as filiais do Banco Internacional de Moçambique e do Banco Austral, as delegações das Telecomunicações, da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos. Tem ainda um aeródromo internacional, o Hotel Dona Ana (sub-aproveitado), um hospital rural, uma salina, um estaleiro, uma serração, e tem como actividades principais a pesca e o turismo. Actualmente funcionam na vila as seguintes estâncias turísticas: Beach Lodge Hotel, Villa la Mar, Água Negra, Blue Water, Baía do Paraíso, Casa Rex.

Situação da Vila Antes da Autarcização

A Vila de Vilankulo, antes de se tornar município à luz do processo de descentralização, sofria de problemas de várias ordens, desde o deficiente sistema de abastecimento de água, energia eléctrica, estradas e passeios degradados, erosão costeira, inexistência de um plano de urbanização para a Vila, falta de infra-estruturas básicas como escolas,

A DESCENTRALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA EM MOÇAMBIQUE: ANÁLISE DO DESEMPENHO DO GOVERNO MUNICIPAL DE VILANKULO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

hospitais, e de investimentos, desemprego, ocupação desordenada dos espaços habitacionais.

Anexo 2

Guião da Entrevista

1. Qual era a situação da vila antes da municipalização?
 - 1.1. Qual é a situação actual?
2. Quais são as actividades desenvolvidas pelo município até aqui?
3. Dos serviços prestados pelo município qual é que agrada mais aos munícipes, e porquê?
4. Como tem sido a articulação entre o município e os munícipes?
 - 4.1. Que canais de comunicação têm usado?
5. Quais são as dificuldades enfrentadas pelo município na prestação dos serviços?
 - 5.1. Como têm superado tais dificuldades?
6. Quanto tempo demora sair o despacho requerido pelos munícipes?

Anexo 3

Lista de Entrevistados

1. Dirigentes Municipais

Mariana Manusso – vereadora da área de desenvolvimento económico, social e abastecimento público.

Jeremias Mucavele – vereador da área do ambiente.

Mário Conceição Chichava – chefe dos serviços técnicos de economia e finanças.

Noé Gustavo Vilankulo – chefe dos serviços de administração, recursos humanos e patrimoniais.

Nélio José Alfiado – técnico de construção.

2. Líderes Comunitários

Julião Julai Chivindze – secretário da zona B do Bairro V Congresso, entrevista concedida em xithswa, língua local.

Zacarias Nhamúe – secretário do bairro 7 de Setembro.

Alexandre Sarara Tangune – secretário do bairro Desse, entrevista feita em xithswa.

Zaqueu Passila – coordenador distrital da AMODEG e da ADEMIMO em Vilankulo.

3. Múncipes

Inácio Uacela Manhice – residente no bairro Alto-Macassa

Hassan Hachimo – residente no bairro 7 de Setembro

John Joaquim Miquissene – bairro 7 de Setembro

Raúl Pessane – bairro Central.

Daniel Maculane – bairro V Congresso

Damião Ucucho – bairro 7 de Setembro

Feliciano Noquiço Matsinhe – bairro Alto-Macassa
João Samuel João – bairro Chibuene
Luijeiro Siquela Quehá – bairro Desse
Hortênci Maculane Licheco – bairro V Congresso
Esperança Fabião Massingue – bairro V Congresso
Graça Zaqueu Mhakene – bairro do Aeroporto
Anita Elias Chirindze – bairro do Aeroporto
Joana Arnaldo Banze – bairro Central
Maria Sendela Vilankulo – bairro Central
Boaventura Adão Macamo – bairro Desse
Rossina Madawane Malate – bairro Desse
Afonso André – bairro V Congresso, entrevista feita em xithswa
André Makene – bairro Aeroporto
Paulo Mabalane – bairro 7 de Setembro
Lúcia Alves – bairro 7 de Setembro
Ana Félix Tangune – bairro 19 de Outubro, entrevista feita em xithswa
Zubaida Afonso – bairro 25 de Juho
Afonso Massicame – bairro 25 de Junho
Jorge Lamussene Mufume – bairro 19 de Outubro, entrevista feita em xithwa
David Lange Vilankulo – bairro 19 de Outubro
Victória Jecane – bairro 25 de Junho.